

	Fórum Governamental de RESPONSABILIDADE SOCIAL	ATA DE REUNIÃO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
---	---	--

Identificação da Reunião

Número/Ano: 17ª Reunião – 28/11/2013			
Início: 9h		Término: 18h	
Local: TCU – Tribunal de Contas da União Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, térreo			
Relatora: Jacimara			
Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Adriana Moreira Tostes Ribeiro	TJDFT	(61) 3103-7777	Adriana.tostes@tjdft.jus.br
Ana Maria Castro Borges	CSJT	(61) 3043-3752	ana.borges@csjt.jus.br
Andréa Goes Bakaj Rezende	Senado Federal	(61) 9663-9829	bakaj@senado.leg.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61) 3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Arantes de Lima	ANA	(61) 2109-5418	
Carlos Alexandre D'Oliveira	TST	(61) 3043-3572	alexandre.vigil@tst.jus.br
Carmen Lucia Mesquita	Câmara Deputados	(61) 3216-2048	carmenmesquita@camara.leg.br
Cláudia Rejane dal sanln	CSJT	(61) 3043-7732	Claudia.sanln@csjt.jus.br
Deomar Rosado	Senado Federal	(61) 3303-3637	deomar@senado.gov.br
Eduardo Monteiro de Rezende	TCU	(61) 3316-7101	eduardomr@tcu.gov.br
Elienson Sonssi	TCU	(61) 3316-7027	setic@tcu.gov.br
Fabio Luiz da Silva	STJ	(61) 3319-6006	fabiol@stj.jus.br
Fernanda Campello	Senado	(61) 3303-6005	Fernanda.campello@senado.leg.br
Frailda F. da S. V. de Melo	Furnas	(21) 2528-5417	frailda@furnas.com.br
Francisco Basilio de Aguiar	TCU	(61) 3316-5180	franciscoba@tcu.gov.br
Francisco das Chagas Nascimento	SG/PR	3411-1661	francisco.donascimento@presidencia.gov.br
Francisco Lopes de Sousa Filho	ECT Correios	(61) 9111-3300	flsfilho@correios.com.br
Helvécio Milhomem	Serpro	(61) 2021-9412	helvecio.milhomem@serpro.gov.br
Jacimara Machado	Câmara	(61) 3216-2169	ecocamara@camara.leg.br
Júlia Poubel Coelho	TCU	(61) 3316-5433	juliapc@tcu.gov.br
Juliana Gondim de S. Lima	MDIC/SDP	(61) 2027-7290	Juliana.lima@mdic.gov.br
Junnius Marques Arifa	TCU	(61) 3316-5423	junnusma@tcu.gov.br
Leonardo Salema	Inmetro	(21) 3216-1087	lssouza@inmetro.gov.br
Leonir Bampi	TCU	(61) 3316-5435	leonirbampi@tcu.gov.br
Liégia Maciel de Oliveira	TRT 3ºR	(31) 3228-7013	liegiame@trt3.jus.br
Magaly Vasconcelos	ANA	(61) 2109-5418	magaly.vasconcelos@ana.gov.br
Marcelo Albuquerque Lima	TCU	(61) 3316-7183	marceloal@tcu.gov.br
Maria Fernanda Teixeira	IBRAM	(61) 3214-5659	mariafernandabarbosa@gmail.com
Maristella A. Racevo	Furnas	(21) 2528-2096	mariste@furnas.com.br
Renata Silva Côrtes	STJ	(61) 3319-6753	renata.cortes@stj.jus.br
Roberta Marques Feijó	MPDFT	(61) 3343-9044	roberta.feijo@mpdft.mp.br
Ronei Alves da Silva	MNCR/calatores	3321-0320	centcoop@gmail.com
Selma Martins Melo	MPS/ASCOM	(61) 2021-5763	Selma.botelho@previdencia.gov.br
Sergio Monforte	CNI	(61) 3317-8388	smonforte@cni.org.br
Sérgio Rodrigues	Visitante	---	geral.sergiorodrigues@gmail.com

Sérgio Vilas Boas	TRT 15° R- Campinas	(19) 9133-6998	svboas@trt15.jus.br
Shislene Ferreira	Centcoop	3321-0320	centcoop@gmail.com
Suely Touguinha Neves	MPDFT	(61) 3343-9980	gestaoambiental@mpdft.mp.br
Thais P. Mello	Eletronorte	(61) 3429-8820	Thais.mello@eletronorte.gov.br
Walker Antonio Xavier Santos	TCU	3316-7038	walkerxs@tcu.gov.br

Ausências Justificadas

Pauta (17º reunião) completar com os dados corretos (Andréa)

- 1) Aprovação da pauta da 17ª Reunião e das atas das reuniões anteriores;
- 2)
- 5) Intervalo almoço
- 6)
- 9) Outros assuntos e encaminhamentos.

1) Abertura da Reunião

A Sra. Andréa Santini, do Inmetro, coordenadora do FGRS, agradeceu a presença de todos e ao TCU pela acolhida e passou a palavra para o Sr. Eduardo Monteiro de Resende, Secretário Geral de Administração do TCU. Este falou sobre a estrutura do TCU e apresentou os representantes dos setores presentes. Mencionou e convidou a todos para participarem do evento que acontecerá no dia 05/12, organizado pelo TCU, sobre compras públicas sustentáveis, que ocorrerá na sede do TSE. Relatou as atividades que vem sendo desenvolvidas pelo TCU para inserir critérios de sustentabilidade em suas próprias aquisições e contratações. Finalizando, desejou a todos um sucesso no evento.

Sra. Ana Borges, do CSJT, coordenadora do FGRS, passou então a palavra para o Sr. Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do TCU, Junnius Marques Arifa, que deu as boas vindas a todos e mencionou os trabalhos que a Secretaria vem fazendo relacionado às ações sustentáveis, como as compras sustentáveis e também o que o próprio TCU vem fazendo, construindo junto estes critérios de sustentabilidade.

Sra. Jacimara, da Câmara dos Deputados, coordenadora do FGRS, mencionou a importância do tema a ser tratado nesta reunião plenária – tema antigo porém desafiante - e mencionou o livro que trata dos Dez anos do EcoCâmara – A História que fizemos, que está sendo distribuído a todos os interessados.

2) Aprovação da Pauta da 17ª Reunião

Sra. Andrea apresentou rapidamente a pauta desta reunião, cujo foco é a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os desafios para os órgãos públicos, pelo Sr. Joaquim de Oliveira, da Sec. Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA e a Sra. Ana Carla, coordenadora do programa A3P, do MMA.

Também falou dos demais palestrantes da tarde. Em seguida pediu a todos que fizessem as suas apresentações pessoais.

3) Primeiro Painel - Política Nacional de Resíduos Sólidos e os desafios para os órgãos públicos - por Joaquim Oliveira, da Sec. De Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.

O Sr. Joaquim agradeceu ao convite e passou a sua apresentação mencionando os aspectos mais importantes sobre o cumprimento das exigências legais, estabelecidas na Lei nº 12305/10, que aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mencionou quais os entes estão sujeitos à elaboração de seus planos de gerenciamentos de resíduos e da responsabilidade pós-consumo. Apresentou o artigo 9º da Lei, que trata da hierarquia das ações no manejo de resíduos, desde a não geração, a redução, o reaproveitamento, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos rejeitos. Falou dos diferentes tipos de planos de gerenciamentos e das respectivas exigências nos diferentes níveis administrativos. Frisou a importância da elaboração de plano de gerenciamento de resíduos de todos os geradores e indicou como ter acesso ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, de responsabilidade da União, pelo site www.sinir.gov.br.

A lei prevê, ainda, o fechamento dos lixões, ou seja, a partir de 2014, nenhum rejeito mais deverá ser disposto em lixões. Foram destinados verbas para diversos municípios no Brasil para este fim e o resultado foi muito ruim, como mostram as fotos apresentadas. Anteriormente muitos recursos foram repassados aos municípios para a construção de aterros e a maioria dos aterros viraram lixões. As razões foram diversas e aconteceram em quase todos os estados brasileiros. Para resolver este impasse dois cenários foram construídos e nestes a solução apresentada foi o consorcio entre entes estaduais e, para tanto, os planos de gestão integrada deveriam ser implantadas para servir de modelo. Foram celebrados 18 convênios, em três anos – 2007 a 2009, com aporte de R\$ 11 milhões.

Depois da aprovação da lei, alguns ajustes foram feitos nos modelos de liberação de recursos, tendo sido liberado, em 2011 e 2012, recursos para 507 municípios.

O MMA não financia mais obras e sim a gestão, a divulgação, o treinamento etc... Esses recursos somente serão liberados aos que tiverem elaborados seus planos de gestão de resíduos, priorizando os consórcios entre municípios.

O Sr. Joaquim detalhou a obrigação dos geradores de elaborarem seus planos de gerenciamento, em especial os órgãos públicos. Mencionou a consulta feita pelo Senado ao MMA, com seis perguntas, em que era mencionada a questão da logística reversa e as providências que os órgãos públicos devem tomar para gerenciar seus próprios resíduos. Este questionamento gerou uma nota técnica no MMA. A partir daí o palestrante detalhou diversos pontos do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os aspectos que envolvem as cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis. Falou da implantação da Coleta Seletiva no Brasil e da eliminação dos lixões. Mencionou o Artigo 36 da Lei, que trata da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabendo ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo diversos aspectos enumerados nesse artigo.

Para finalizar sua fala, relatou os desafios e os procedimentos que envolvem os órgãos públicos, o setor produtivo, os comerciantes, o consumidor, no que tange ao estabelecimento da logística reversa e às obrigações dos respectivos responsáveis quanto à responsabilidade compartilhada, visando o estabelecimento dos Acordos Setoriais, dos Termos de Compromisso ou dos Regulamentos, para os itens mencionados no Artigo 33 da Lei. Esclareceu cada um destes instrumentos que consolidam a responsabilidade compartilhada prevista na Lei e a situação em que se encontram as discussões no âmbito do MMA, para cada grupo de resíduos.

4) Segundo painel – Resultados da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente – CNMA - 24 a 27 de outubro de 2013, Ana Carla Almeida - Coordenadora do Programa A3P, do MMA.

No início da sua fala, a Sra. Ana Carla mencionou a importância da decisão do MMA de abordar, na 4ª CNMA, o tema da Política Nacional de Resíduos, pois ele é muito abrangente e envolve diversos outros temas também relacionados. Mostrou os eixos temáticos abordados durante a Conferência, tais como a produção e consumo sustentáveis, a redução dos impactos ambientais, a geração de emprego trabalho e renda e a educação ambiental.

Os objetivos da Conferência foram divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS para cada ente da federação, conhecer e incentivar as parcerias entre o governo, o setor privado e a sociedade

civil, contribuir para que o estado e município solucionem entraves e superem os desafios na implementação da gestão dos resíduos sólidos e difundir práticas exitosas que possam contribuir para o desenho de políticas públicas locais e regionais.

Os principais pontos da Conferência foram a aprovação e a publicação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a discussão sobre a baixa qualidade e a pouca participação social na elaboração dos planos de gestão estaduais e municipais, a garantia de inserção dos catadores nos planos de gestão, o prazo de encerramento dos lixões (02/08/2014), a incineração/recuperação energética, a falta de coordenação entre os entes federados na implantação dos Acordos Setoriais da Logística Reversa (exemplo de uma empresa que tem matriz no RS e outra instalação no PR. O estado de SC proibiu o transporte de resíduos nas estradas de SC o que impossibilita a atividade) e também a insuficiência dos recursos a serem repassados aos estados e municípios, para a elaboração dos planos.

Em relação ao processo de mobilização, o passo inicial, em 1º de abril de 2013, foram as conferências municipais, seguidas das estaduais, depois as conferências livres, as virtuais em parceria com o Congresso (de 26 de agosto a 10 de setembro de 2013), culminando com a CNMA, em outubro de 2013.

Ao todo vieram cerca 540 propostas das conferências formais e mais de 1000 das conferências livres. A consolidação de todas as propostas foi bem trabalhosa, mas foi uma grande contribuição para o tema da CNMA.

Assim ao todo foram realizadas conferências em 25 Estados e no DF. O único Estado que não convocou conferência foi o Bahia, que alegou já ter realizado a conferência no ano anterior e 17 Estados realizaram mobilização em 100% dos seus municípios.

Como resultados finais, a Sra. Ana Carla mencionou as 643 conferências municipais, as 179 conferências regionais, com participação de 3009 municípios. O total de municípios mobilizados chegou a 3.652, o que representa 65,61% do total. Foram ao todo realizadas 26 conferências estaduais e 224 conferências livres em 26 estados, envolvendo cerca de 25.000 pessoas; da conferência virtual participaram cerca de 3.000 pessoas.

Em outro slide, a Sra. Ana Carla apresentou um gráfico que compara o número de municípios envolvidos nas quatro últimas Conferências Nacionais: 1ª CNMA foram 590, 2ª CNMA 608, 3ª CNMA 870 e na 4ª CNMA foram 3.652. O slide seguinte apresenta o número de pessoas envolvidas e novamente a 4ª CNMA atingiu cerca de 200.000, um número que ainda estava sendo contabilizado, conforme esclareceu a palestrante. Isso demonstrou que o Ministério tomou a decisão correta ao decidir abordar esse tema na CNMA, pois foi um número muito significativo de participantes.

Na etapa nacional, no que se refere à CNMA, tivemos mais de 2.000 pessoas cadastradas, 500 acima do previsto, participaram 1.130 delegados, 408 convidados, 68 representantes da imprensa e 375 funcionários do MMA e consultores.

O processo de consolidação das propostas seguiu uma metodologia própria (bolinhas) e ao final 60 propostas foram discutidas e votadas na Plenária: 15 para cada um dos 4 temas principais: produção e consumo sustentáveis, a redução dos impactos ambientais, a geração de emprego trabalho e renda e a Educação Ambiental.

Todos os dados e resultados da CNMA estão disponibilizados no site do MMA, inclusive as propostas mais votadas.

O último slide mostra com mais detalhes as propostas mais votadas pelo sistema das “bolinhas”, o que também pode ser encontrado no site do MMA.

Das propostas referentes à educação ambiental, a palestrante salientou a criação e implantação de políticas de conscientização e sensibilização sobre reciclagem e resíduos sólidos para reduzir a geração, divulgar a coleta seletiva, envolver associação de moradores, expandir a coleta seletiva, distribuir coletores em logradouros públicos e disseminar a cultura da reciclagem.

Para finalizar, a Sra. Ana Carla apresentou os desafios que se terá para garantir a implementação das deliberações da CNMA. O MMA criará um comitê de acompanhamento destas deliberações e irá articular com estados e municípios.

Ao final, a palestrante agradeceu o convite e deixou o seu contato e o endereço do site onde estas e outras informações poderão ser consultadas em detalhes: www.conferenciameioambiente.gov.br.

A Sra. Ana Borges abriu para perguntas. O Sr. Sérgio, do TRT 15, de Campinas, se apresentou como educador socioambiental e mencionou que moderou o eixo temático de educação ambiental na conferência regional em Campinas. Disse que ficou feliz pela decisão de proibir a incineração de

resíduos e pediu a Sra. Ana Carla que desse os parabéns à Ministra. Parabenizou o FGRS e a ESAF pela criação da rede eletrônica, mencionando o poder que ela tem de mobilizar e a oportunidade de outros poderem participar de forma virtual. Tais Mello, da Eletronorte, disse que acompanhou as discussões nos nove estados da região norte e gostou de ver os resultados. A expectativa dela no dia de hoje era de encontrar os parceiros de outros Ministérios, que realmente vão mudar a realidade e fazer as políticas públicas acontecerem, já que o tema é transversal e envolve segurança, saúde, emprego, social, ect...Ela ressalta que deve ser maior essa “intersetorialidade”. Falou da importância da coleta seletiva ser realmente realizada, dos aspectos que envolvem a dificuldade dos municípios de elaborarem seus planos e perguntou como o MMA está pensando resolver isso. Sra. Andréa Henriques disse que se esforçou para trazer pessoas de outros setores, mas justificou a ausência pela data de final de ano, quando é mais difícil reunir pessoas, mas o FGRS se esforçou no que pode.

A Sra. Ana Carla agradeceu e respondeu as questões, esclarecendo que o MMA adota uma metodologia para o repasse dos recursos, vinculada à apresentação do Plano, para que estes recursos sejam utilizados de forma eficiente pelos receptores. O Sr. Joaquim esclareceu as datas para a elaboração e apresentação dos planos para o recebimento de recursos da União. Esclareceu que os municípios não sabem elaborar seus planos e as formas corretas de gestão de saneamento. Eles precisam melhorar suas estratégias de planejamento.

O representante dos Correios esclareceu que assumiu recentemente esta pasta, ou seja, do tema da coleta seletiva em sua instituição. Mencionou que gostou muito da reunião, que é a primeira vez que participa e irá participar sempre. Forneceu alguns dados sobre a adesão das demais agências. Explicou que os Correios estão mobilizando cada vez mais os empregados no tema da coleta seletiva e falou do lançamento do Sistema de Gestão Ambiental dos Correios, o qual será lançado oficialmente, pelo Ministro, no dia 04 de novembro próximo. Relatórios sobre as quantidades de materiais recicláveis que são encaminhados para a reciclagem. Afirmou que ainda vão ampliar esse trabalho e melhorar a coleta e a participação dos catadores.

O representante do TCU, Junnius Marques Arifa, perguntou aos palestrantes quais seriam as novas estratégias que vêm norteando os planos de gestão nos Municípios. Justificou a sua pergunta, mencionado estratégias realizadas no passado, como a implantação de aterros, e que não resultaram em sucesso, pois os municípios não tinham nem capacidade técnica e nem os recursos necessários para manter os aterros em operação e estes foram fechando ou sendo abandonados. O Sr. Joaquim respondeu que a destinação final é um problema antigo no Brasil e não tem varinha mágica que resolva esta situação. Mencionou que conheceu casos de insucesso e também de sucessos. Num deles o município não estava preparado nem para gerenciar um aterro, mas queria implantar um incinerador.

Ele acredita que existem dois aspectos que precisam mudar, um deles é a politização do tema, ou seja, prefeitos de municípios vizinhos e de partidos diferentes que não querem buscar a solução consorciada. Solução esta mais barata e muito mais viável de ser bem gerenciada como já demonstrou o MMA, em seus estudos. A outra é a questão a “educação administrativa” dos prefeitos e da cultura da nossa sociedade que dá muito mais valor aos prefeitos que inauguram pontes e asfaltam uma rua, mas que se esquece da importância de bem gerenciar o lixo. E aí funciona o “joga em qualquer lugar longe dos olhos da sociedade”.

A Sra. Ana Carla respondeu que a sua visão é que a lógica que norteia hoje a gestão do lixo é errada, pelo menos para alguns municípios, e, portanto, ela deve ser mudada. Isto porque resíduos valiosos estão indo para os lixões que poderiam ser direcionados para outras cadeias produtivas, reduzindo quantidades e gerando emprego e renda. Ela acredita que um bom planejamento irá tornar, inclusive, os serviços de limpeza muito mais baratos. Na sua visão não faltam recursos e sim a melhoria nos processos de gestão. Ela também acha que a questão do lixo é muito politizada no Brasil.

Sr. Joaquim complementou mencionando a questão da falta de cobrança pelos serviços de limpeza pelos Municípios. Uma decisão política do prefeito.

O representante dos Correios mencionou a necessidade de uma flexibilidade do Decreto nº 5.940/2006, principalmente no que se relaciona com o tempo de rodízio entre as cooperativas.

A notícia foi dada pela Sra. Ana Carla que informou que o Decreto deverá ser ajustado em relação à Política Nacional de Resíduos, em vários aspectos. Deu diversos exemplos dos pontos que devem ser revistos.

A Sra. Ana Borges ressaltou que é preciso mais divulgação, para a sociedade, das diretrizes da Política Nacional de Resíduos.

O Sr. Sérgio, do TRT 15, mencionou a importância do trabalho em rede e perguntou a Ana Carla se o MMA esta realizando ações de fortalecimento da rede e da participação da sociedade nas discussões dos planos, promovendo o empoderamento da população, mobilizando por meio das redes de comunicação e no aprofundamento das discussões.

Em resposta, a Sra. Ana Carla explicou as estratégias de divulgação dos relatórios da Conferência e mencionou os desdobramentos que irão acontecer, advindos do processo da mobilização pós-Conferência.

A Sra. Ana Borges falou dos anais do Fórum que serão feitos e que contará com as contribuições dos participantes. Falou do Facebook do Fórum e da rede recentemente criada em parceria com a ESAF.

Com isto finalizou-se as apresentações do período da manhã.

As Sras. Andréa e Ana pediram que todos assinem a lista de presença.

Tarde

5) Apresentação do representante da CNI, Sr. Vanderley Batista – “A indústria de reciclagem no Brasil”.

Após uma breve apresentação pessoal, o Sr. Vanderley mencionou que irá iniciar sua apresentação com os desafios que a indústria tem para a implementação correta da Política Nacional de Resíduos Sólidos e depois então dar o enfoque da reciclagem no Brasil.

Falou dos diversos instrumentos da lei e alguns merecem destaque. Afirmou que o setor industrial dá ênfase, por exemplo, nos acordos setoriais, nos diversos tipos de planos, na recuperação energética e na segurança jurídica das empresas. Um grande desafio é a implementação da coleta seletiva, pois ela é fundamental para a realização da logística reversa – LR. Citou que a implementação dos instrumentos econômicos é outro ponto importante da lei e, finalmente, enfatizou a importância da harmonização entre as legislações existentes dos estados e dos municípios.

Seguindo sua fala, detalhou cada um desses instrumentos e os desafios de cada um, os impactos ambientais, os conflitos e os interesses de cada ente envolvido nas discussões dos acordos setoriais. Esta modalidade de acordos setoriais é única, extremamente democrática e diferente de outros países, como por exemplo, na Europa, que passou discutindo vários anos e depois baixou a lei. Mencionou a logística reversa e seus problemas econômicos, salientando o sistema dos agroquímicos que funciona muito bem. Mencionou a logística reversa dos medicamentos. Explicou porque ainda nem todos os acordos setoriais aconteceram e as dificuldades vinculadas a cada um deles.

A grande inovação da lei é a LR e é ela que tem maior impacto no setor produtivo. O controle prévio da importação também deve ser fortalecido, pois implica numa dificuldade de implementação, por exemplo, da LR das lâmpadas fluorescentes, cuja importação representa 90% do consumo no Brasil. Elas são importadas, sobretudo, da China. Existe também a possibilidade de as lâmpadas fluorescentes não serem mais usadas daqui a dez anos, pois as lâmpadas de LED estão tomando grande parte do mercado. Outro exemplo são os pneus e as baterias e pilhas, onde a importação é significativa.

A desburocratização do licenciamento ambiental para o transporte dos resíduos é outro ponto que está em discussão com o governo. A isonomia dos dispositivos legais nos estados e municípios. A estrutura tributária é outro ponto importante e também o estímulo/incentivo para toda a cadeia da reciclagem.

A mensagem final que deixa o Sr. Vanderley é de que os instrumentos da lei sejam fortalecidos e que venham a solucionar, principalmente as questões de mercado, pois se isto acontecer a Lei terá sucesso.

Abrindo para perguntas, a Sra. Jacimara esclarece que um dos objetivos da LR é o estímulo à busca de novas tecnologias, tecnologias estas que não gerem resíduos que necessitam de uma gestão mais complicada e adicionam um custo a mais para a indústria e para o consumidor. Foi assim na Europa e na América do Norte e nesse sentido a intenção da lei brasileira em inserir esse instrumento. Assim, se o governo começar a tirar todos esses custos, impostos etc., não haverá estímulo à busca de novos processos, novos produtos, enfim pela indústria nacional. Com o maior conhecimento e exigência do consumidor, a consequência será uma maior procura por produtos importados, mais sustentáveis e que atendam aos novos padrões de consumo, tanto por parte do governo, como da sociedade e isto não será bom para a indústria nacional, que com o crescimento da globalização, poderá ter perda de mercado. Em seguida, a Sra. Jacimara perguntou qual a posição da CNI em relação à sua colocação.

Esclareceu o Sr. Vanderley, que o que a CNI vem pleiteando junto ao governo é uma mudança na estrutura tributária permanente para tratar o produto reciclado de maneira diferente do produto de matéria virgem e para estimular as cadeias da reciclagem, que podem ser temporários, somente para que se possa dar um impulso/incentivar as demais cadeias produtivas envolvidas. O setor da reciclagem é composto por diversas categorias de indústrias, que vão desde as grandes indústrias até as pequenas que trabalham com o Sistema do Simples ou as que estão ainda na informalidade. Por esta razão a temporalidade. Quanto à inovação, a CNI acredita que existem outros instrumentos para estimular novos produtos e tecnologias. Acrescentou ainda a posição da CNI nas questões das compras sustentáveis do governo e o reflexo deste tema na mudança dos padrões de produção e consumo.

A Sr. Ana Borges, do CSJT, salientou a questão da desoneração da LR perguntando quem vai pagar “essa conta”. A CNI acha que o custo da LR vai incidir no custo de produção e, com isso, onerar mais o consumidor. Existem outros caminhos e deu alguns exemplos, por categorias de produtos e suas respectivas cadeias produtivas. O tema, portanto é complexo e por esta razão a CNI vem estudando caso a caso.

O representante da CENTCOOP, Sr. Ronei, fez a sua intervenção no que se refere à recuperação energética dos resíduos. Houve intervenção da Sra. Jacimara. Sr. Ronei falou da queima de pessoas, da incineração no Japão, das queimadas do Brasil, das emissões dos automóveis do Brasil, dos POP's e da Convenção de Estocolmo, dos créditos de carbono, etc. Ele defende 100 % da reciclagem no Brasil.

Encerrando esta palestra o Sr. Vanderlei agradeceu a oportunidade e fez sua despedida.

6) Sub-Projeto Fenix do TJDF - Justiça Comunitária - Adriana Tostes do Programa Viver Direito:

A Sra. Adriana apresentou as principais informações sobre a coordenação do “Projeto Justiça Comunitária”, com início em 2001, e das respectivas parcerias. Dentro deste Projeto existe o sub-projeto FÊNIX – Reciclando o Futuro com Cidadania, que começou em 2009, cujo contexto surgiu dos questionamentos relacionados ao real impacto de inclusão produtiva dos catadores do DF, com o Decreto nº 5.940/2006, da necessidade de promover articulações entre órgãos afins – SEDEST, Programa Viver Direito e a CENTCOOP. Após a realização de estudos, de visitas *in loco* foi que surgiu a proposta do projeto. Esclareceu que a coleta seletiva nos prédios do TJDF foi iniciada em 2009, seguindo o Decreto, e com parceria com a CENTCOOP, inclusive com empréstimo de veículo do Tribunal para levar os resíduos até a cooperativa. Aliando a questão da coleta seletiva e dos catadores o TJ foi buscar a parceria do “Programa Justiça Comunitária” para ver como melhorar a situação destas pessoas que trabalham nas cooperativas. E neste cenário nasce o Projeto FÊNIX, com o propósito de auxiliar cerca de 3000 catadores integrantes de 30 cooperativas do DF, dos quais 1000 são independentes e desorganizados política e profissionalmente, tendo como única fonte de renda a reciclagem. Eles carecem de orientação para a formação de cooperativas e têm pouco ou nenhum acesso às políticas públicas de caráter social, constituindo um grupo de vulneráveis e excluídos. Em 2012, durante as visitas feitas foram identificados os principais problemas que repercutiam nesse grupo de pessoas, como, por exemplo, furto dos materiais coletados, crimes contra a honra, falta de transparência e confiança dos catadores com as respectivas diretorias das cooperativas, divergências nos critérios de rateio dos recursos da venda, limitações nos meios de resolução dos conflitos, etc.. Daí a proposta de estabelecer parcerias com a SEDEST, e universidades, para promover a capacitação estes grupos e estimular a autogestão de seus conflitos.

A Sra. Vera, do “Justiça Comunitária” deu prosseguimento, contando primeiramente como surgiu o Projeto “Justiça Comunitária” e como é a estrutura do modelo comunitário de atuação do Tribunal junto às comunidades. Este modelo de atuação foi igualmente utilizado entre os grupos de catadores, selecionando aqueles que desejassem ser capacitados para serem agentes de justiça comunitária. As atividades da capacitação são 3: educação para os direitos, mediação comunitária e animação de redes sociais. Seguindo a sua apresentação, a Sra. Vera detalhou cada um desses 3 conteúdos. O Projeto Fênix é então voltado aos catadores e suas metas são que eles possam ter acesso aos seus direitos humanos, sociais e igualdade de oportunidades; que sejam estimulados ao desenvolvimento de diálogos abertos, da autodeterminação e da solidariedade e da paz; de prepará-los para um novo ambiente para que eles sejam protagonistas na condução de sua participação política e social, gerando o empoderamento da categoria; que saibam adotar formas alternativas para resolver seus problemas e conflitos de forma pacífica, e o fomento à realização de pesquisas nas áreas social, ambiental, de empreendedorismo, de acesso à justiça, saúde e educação.

Encerrando, a Sr. Adriana Tostes detalhou como devem ser as atividades de pesquisa e como estas pesquisas podem solucionar os problemas da categoria, como resgatar seres humanos que sobrevivem da reciclagem e que prestam uma ação social e ambiental para o Estado.

Explicou longamente como foi feito esse trabalho de capacitação dos agentes, os métodos de capacitação que foram utilizados, o diagnóstico feito em quatro cooperativas e as propostas de realização, datas (sempre aos sábados), períodos de treinamento (20 horas), o acompanhamento pós-capacitação feito pelas universidades, a busca da infraestrutura necessária, das parcerias com outras instituições e mostrou diversas fotos dessas atividades e das dinâmicas utilizadas durante a capacitação.

Os resultados deste trabalho foram três turmas em 2013, 70 catadores capacitados, incluindo cooperados e não cooperados. A avaliação foi positiva, com resgate da confiança dos entes governamentais, a integração do projeto ao CIISC-DF (Comitê Interministerial para Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF) e a ampliação do canal de comunicação. Além disso, o empoderamento e a capacidade de resolução de conflitos, o protagonismo dos catadores na compreensão da realidade e na sua transformação, o estímulo à mobilização social, a formulação de políticas públicas para a superação da exclusão, a inclusão dos catadores no Sistema de Justiça, a ampliação dos espaços permanentes de diálogo e paz social nas comunidades excluídas e a preparação dos catadores para atuação adequada do ponto de vista ambiental foram resultados alcançados. Também a criação de um local que preste as informações necessárias aos esclarecimentos que surgem no âmbito dos cooperados o I- Catador. Este foi um espaço cedido pelo SLU. A Assessoria Jurídica Popular da UnB vem ajudando na elaboração do estatuto das cooperativas. O IESB já iniciou a capacitação dos catadores e suas famílias, em Ceilândia. É uma dificuldade convencê-los a participar dos cursos, pois o contato com eles é complicado. A Caritas fornece cestas básicas para os que participam dos cursos.

Finalizando, a Sra. Adriana relatou ainda outras atividades em andamento no âmbito do Projeto Fenix e das dificuldades que advém do Decreto nº 5940/2006, em determinadas situações.

Sr. Sérgio, TRT 15ª, mencionou que ficou impressionado com o Projeto Fenix, parabenizou as palestrantes e demonstrou seu interesse em levar este trabalho para Campinas.

7) Palestra do Sr. Ronei – Presidente da CENTCOOP e membro do MNCMR

Sr. Ronei fez a sua apresentação e relatou alguns dados sobre as 24 cooperativas do DF, fez uma retrospectiva do surgimento da catação desde o tempo do Brasil Império e em Brasília.

Citou o Sr. Tião Santos, um catador do Rio de Janeiro, que foi quem estudou muito sobre a história do catador no Brasil.

Hoje são cerca de 4.000 catadores em Brasília. E tudo começou com uma empresa Novo Rio Papéis que introduziu a atividade em Brasília. Esse trabalho gerava renda para um grande número de pessoas que trabalhavam com isso. O chamado “Grupo do 28”, que era referente ao Congresso e seus 28 andares. Citou o apoio dado pela Câmara, a Fundação Banco do Brasil e outros para que esse grupo grande fosse sempre buscando o fortalecimento da atividade. Citou e elogiou as atividades que vem sendo desenvolvido pelo Projeto Fênix. Citou também os benefícios do Projeto Cataforte I e Cataforte II.

Contou o trabalho da Pastoral em Pernambuco que, em visita ao lixão, achou um catador que estava cozinhando algo que havia achado no lixão. Quando se observou mais de perto viu que se tratava de um ser humano que estava a cozinhar para comer. Contou sobre a marcha dos catadores e a ida destes ao Palácio do Planalto na época do Natal. Foi então dessa aproximação que surgiu o Decreto nº 5.940/2006.

Mencionou sua participação em uma das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania e contou o fato do seu desconhecimento da expressão “esta reunião não tem caráter deliberativo” e de como ficou com vergonha de perguntar o que significava.

Falou da importância da formação e do aprendizado que recebeu e de como a sua evolução na área de conhecimento sobre o tema e do seu desprendimento de hoje poder falar em público.

Denunciou que a reciclagem é um negócio que tem muito dinheiro e que tem algumas pessoas envolvidas que estão andando de Ferrari, se hospedando em hotel cinco estrelas em Dubai, conhecendo a Europa. Informou que na Europa estão fechando os incineradores, por conta dos índices de emissão atmosférica.

Discorreu sobre o abuso do uso de embalagens que ocorre hoje em dia e que a sociedade as utiliza em muita quantidade. Comparou as atitudes de hoje com as do seu tempo de menino, quando tudo era diferente, pois o leite vinha em garrafa de vidro (que vinha e voltava) e que, quando se ia para o

supermercado levava-se a própria sacola. Mencionou o destino do vidro gerado no DF e também do isopor e a dificuldade de introduzir esses produtos na cadeia da reciclagem devido ao custo de transporte.

Sobre a reciclagem de embalagens de vidro uma dica foi dada pela plateia que a Reciclagem Rio Campos em Taguatinga recebe embalagens de vidros inteiros e revende. Os contatos foram passados pela Suely do MPDFT.

Falou sobre o reaproveitamento energético de resíduos e sobre a proposta feita por empresas de fora. Citou o valor do orçamento do SLU, de 200 milhões de reais, sendo que para a empresa Valor Ambiental é 139 milhões e para a Sustentare é 230 milhões. Portanto a conta não fecha e será preciso fazer uma complementação de verbas.

Para finalizar a sua fala ele deixou claro que a categoria deseja evoluir no seu trabalho, avançar na cadeia produtiva da reciclagem, prestar serviço público com remuneração, atuar na verticalização e pré-industrialização dos produtos. Com isso a sua posição é contra a incineração, ou o tratamento térmico, ou o reaproveitamento energético, etc.. e que, se adotada, será prejuízo social muito grande e que não garante que o seu funcionamento seja seguro quanto às emissões atmosféricas.

8) Palestra do Sr. Francisco Nascimento – Secretaria Geral da Presidência da República

O Sr. Francisco esclareceu que a sua fala será voltada ao esclarecimento de como o governo federal vem fazendo a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, por meio de várias ações, dentre elas Coleta Seletiva Solidária e seus aspectos mais importantes. O CIISC, já mencionado anteriormente, é o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis, hoje composto por 23 órgãos; existe desde 2003 para pensar ações voltadas à inclusão dos catadores. O Comitê busca fazer as articulações e proporcionar um espaço de diálogo entre a administração pública e os catadores; o Comitê conta com a participação de representante do Movimento Nacional dos Catadores.

O palestrante apresentou o marco legal que norteou os trabalhos do Comitê, de 2002 até 2010, que incluiu a categoria na vida política. Apresentou o mapa do Brasil com as ações que estão acontecendo com o envolvimento dos catadores e os dados colhidos pelo IPEA, em seu diagnóstico feito em 2012. Também do IPEA (2013) o palestrante apresentou os dados demográficos dos catadores de materiais recicláveis; a sua grande maioria encontra-se na região sudeste, em seguida no nordeste, no centro oeste, no sul e no norte. Salientou os principais pontos da PNRS: Planejamento de gestão dos resíduos, a responsabilidade compartilhada, a produção e consumo sustentável, os acordos setoriais da LR e a hierarquia das ações de manejo dos resíduos. Ele citou desafios: aumento da escala do programa Pró-catador, integração dos catadores no sistema formal da coleta seletiva, aumento do número de cooperativas, fim do trabalho degradante de catação dentro dos lixões. A seguir detalhou cada um destes desafios postos à Presidência da República. Apresentou as propostas de trabalho do CIISC, como por exemplo, o plano de atuação para o fechamento dos lixões que, do ponto de vista deles, deverá abarcar a inclusão social e a inclusão produtiva; o Projeto Cataforte III, o Prêmio Cidade Pró-Catador e o acompanhamento da implementação da Coleta Seletiva Solidária – Decreto nº 5.940/2006, com todas as suas dificuldades regionais e realidades. Mostrou como é estruturada a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos governamentais, desde a criação da comissão até os relatórios de avaliação semestral a ser enviado para o CIISC.

Sr. Ronei perguntou ao palestrante como o governo federal controla, cadastra ou identifica quem é catador ou não e quem ou qual cooperativa está apta a receber os benefícios dos projetos e programas que o governo federal oferece. Ou seja, quais os mecanismos que o governo federal vem pensando para dizer efetivamente o que é uma cooperativa ou associação de catadores, pois hoje qualquer um pode registrar uma cooperativa ou associação, depois ir até o governo federal e receber os benefícios que ele oferece. E deu um exemplo do DF, em que foram doados terrenos e caminhões, sem qualquer tipo de critério. Resumindo, o Sr. Ronei deseja saber do palestrante, quais os mecanismos que o Governo Federal vai adotar, ou esta adotando, para não cair no conto do chamado “coopergato”, das cooperativas ou associações de “fachada”. O palestrante respondeu que hoje não se tem no Brasil uma referência para dizer quem é efetivamente uma cooperativa de catadores ou não. Sra Ana Borges deu o exemplo de uma pessoa que trabalhou com ela como doméstica e que disse pertencer a uma cooperativa de um Pastor. Disse que ele recebia os recursos que os cooperados ganhavam, mas não os distribuía aos cooperados. Ele repassava apenas uma pequena parte para eles. Ela não se recordava do nome da cooperativa.

Para o palestrante este aspecto é importante. Enfatizou que é preciso que se tenha uma legislação que diga claramente quais os mecanismos que se pode usar para dizer quem é cooperativa e quem não é e os instrumentos de controle, mas considera que o assunto é complexo e que o FGRS não é o local para se discutir o assunto nesse momento. Sugeriu ao Sr. Ronei que leve o assunto ao Comitê - CIISC.

A Sra. Andréa Santini reconhece que este aspecto é importante e precisa ser esclarecido e concorda que este não é o melhor fórum para esta discussão.

O Sr. Francisco mencionou as ações que a Presidência esta realizando no âmbito da coleta seletiva solidaria. Falou que estão passando os cartuchos para a cooperativa com grande resultado financeiro. Falou da adesão à A3P, da parceria da CENTCOOP e mais cinco cooperativas com o FNDE, na doação de resíduos da reforma do prédio, cujo resultado da venda foi depositado numa conta da CENTCOOP para a sua utilização futura na proporção de 50% para a CENTCOOP e 50% para as cooperativas que participaram da parceria. Disse que a Agência Nacional de Águas - ANA lançou o Programa Recicle-se e citou a assinatura de um Termo de Compromisso Conjunto entre os diversos órgãos públicos que estão localizados nas imediações da área da ANA; citou ainda o exemplo da coleta seletiva da DATAPREV.

Finalizando, reconheceu que talvez seja necessário repensar o Decreto nº 5.940, pois ele é de 2006 e deve ser harmonizado com a PNRS, que é de 2010.

A Sra. Ana Borges informou que todas as apresentações estarão na plataforma da EAD.

O Sr. Helvécio perguntou se existe um cadastro atualizado das cooperativas no Brasil. A resposta do Sr. Francisco foi de que as informações estão sendo atualizadas e que acredita que em dois ou três meses este banco esteja mais completo.

O palestrante esclareceu à Sra. Ana que os convênios da Presidência que dizem respeito ao Programa Pró-Catador são firmados com os Estados e que, no momento, já foram assinados com 15 Estados; até o final do ano serão 23. Esclareceu que estão realizando seminários para saber como o Estado irá fazer para promover o fechamento dos lixões no Brasil.

A Sra. Jacimara pediu mais esclarecimentos sobre a utilização dos recursos provenientes do Governo Federal, via programas da Presidência da República e aqueles provenientes do MMA, que servem somente para custear a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos. Seriam então para o mesmo fim? Uma duplicação de recursos? O Sr. Francisco esclareceu que o assunto está sendo discutido dentro do Comitê. Ele disse que os recursos do MMA estão sendo somente para as questões ambientais, para elaboração dos planos nos Estados e não para a questão dos catadores. A Sra. Jacimara rebateu dizendo que, nos termos de referência para a elaboração do plano, o Ministério pede o fechamento dos lixões; ela entende então que isto seria uma superposição de recursos e um mau gerenciamento dos recursos públicos. Os esclarecimentos não foram concluídos pelo palestrante, pois ele disse que não tem os elementos para esclarecer esses pontos. Serão R\$ 90 milhões para serem repassados para os 23 Estados até o final do ano de 2013 para esse trabalho. Sugeriu que este assunto fosse debatido em outra ocasião.

A Sra. Jacimara falou também sobre o risco da doação de cartuchos para as cooperativas, que são resíduos perigosos, sendo ela mesmo contra estas doações pelos diversos motivos ora apresentados.

O palestrante informou que o setor jurídico do MDS foi favorável à doação e que não haveria risco desde que fossem bem transportados.

O Sr. Sérgio, do TRT 15ª, se referiu aos seminários que serão realizados no Brasil inteiro, que acha importante e que se preocupa com a questão levantada pelo Sr. Ronei sobre as "Coopergato". O Sr. Francisco esclareceu que a ação de fechamento do lixão iniciou aqui no DF. Estas decisões são locais e estão utilizando espaço para o diálogo e está servindo de experiência para o grupo. Mencionou a ação feita em Gramacho, no Rio de Janeiro, quando do fechamento do lixão.

Assim a Sra. Andréa encerrou a plenária agradecendo ao palestrante e aos presentes e a Sra. Ana lembrou a todos que as apresentações estarão na plataforma da EAD, da ESAF, disponibilizada para o FGRS.